



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1000562-55.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **DEBORA CARLA NAVARRO**
 Requerido: **AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DEBORA CARLA NAVARRO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA, FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA, FERREIRA AGROTERRA LTDA, BANCO HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO, BANCO BRADESCO S/A, também qualificados, alegando ter sido surpreendida com a intimação em Editais de Protesto em razão de 59 títulos emitidos pela ré *Agrotelas*, 57 títulos emitidos pela ré *Ferreira & Ferreira*, e 07 títulos emitidos pela ré *Ferreira Agroterra*, os quais foram transmitidos por endosso aos réus *HSBC* e *BRADESCO*, salientando não ter mantido qualquer relação comercial com os réus que pudesse justificar o saque de referidas duplicatas, nas quais não existiu qualquer aceite ou mesmo nota fiscal, fatura, comprovante de recebimento ou de prestação de serviços, tratando-se de títulos emitidos sem qualquer lastro comercial, configurando ato ilícito que lhe causa danos de natureza moral, de modo que reclama seja declarada a inexistência do débito e a inexigibilidade dos títulos, bem como sejam os réus condenadas ao pagamento de indenização por danos morais em montante a ser arbitrado pelo Juízo.

Foi deferida a antecipação da tutela para sustar a publicidade dos protestos.

As rés *Agrotelas*, *Ferreira & Ferreira* e *Ferreira Agroterra* contestaram o pedido admitindo que a pessoa de *Micheli Cristina Ferreira*, filha dos sócios fundadores das empresas, de fato, na condição de administradora do negócio, teria “emitido inúmeros títulos frios através da empresas, em nome de terceiros e clientes, sem jamais ter consultado os demais sócios a respeito”, aduzindo que, “questionada sobre valores e pessoas envolvidas, se limitou a informar que as empresas estavam com dívidas junto aos bancos, uma vez que ela trocava títulos”, fatos devidamente registrados em boletim de ocorrência n.º 257/2014 lavrado junto ao 1.º Distrito Policial de São Carlos na data de 21 de fevereiro de 2014, de modo que não se opõem à declaração de inexigibilidade dos débitos e títulos, admitindo não tenham eles qualquer lastro comercial, mas refutando a responsabilidade pelos alegados danos morais, uma vez que esses seriam meramente hipotéticos, de modo a concluir pela improcedência da ação.

Os réus *Bradesco* e *HSBC*, que passou a pertencer ao grupo do *Banco Bradesco*, contestaram o pedido alegando, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva na medida em que receberam os títulos por endosso-mandato, para simples cobrança, além da falta de interesse de agir, na medida em que a autora não fez requerimento administrativo, enquanto no mérito afirmam ter recebido alguns títulos por endosso translativo e outros por endosso mandato, sem envolvimento, contudo, no negócio originário, de modo que não lhe caberia responsabilidade alguma, inclusive porquanto não demonstrados os danos

1000562-55.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

morais reclamados na inicial, de modo a concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou destacando a confissão das rés quanto à emissão das duplicatas sem lastro comercial bem como postulando a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva dos bancos réus, nos termos do que regula a Súmula 475 do Superior Tribunal de Justiça, reafirmando a tese de procedência da ação.

É o relatório.

Decido.

O réu *HSBC* articula a preliminar de ilegitimidade passiva em argumentação claramente contraditória, pois inicialmente sustenta ter firmado com as rés emitentes dos títulos um *contrato de desconto de títulos*, a partir do qual, ao apontar os títulos em protesto, teria agido como mero mandatário, o que não nos parece conforme a melhor doutrina e jurisprudência, argumentando, ainda ter recebido alguns títulos por endosso translativo e outros por endosso mandato.

A preliminar teria acolhimento caso o banco so tivesse recebido títulos por endosso mandato, a propósito do teor da Súmula 476 do Superior Tribunal de Justiça, "*O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário*".

No entanto, o próprio réu *HSBC* admite ter recebido títulos através de endosso translativo, o que não permite o acolhimento da preliminar.

Ocorre que em havendo *endosso translativo*, a instituição financeira, "*ao receber duplicata não aceita, assume o risco de o título estar desprovido de causa, mormente em não se acautelando e não se munindo da documentação necessária para comprovar a compra e venda e a respectiva entrega da mercadoria*" (cf. Apelação n. 556.316-2, do extinto 1.º TACivSP, relator Juiz Sílvio Venosa ¹).

Ou seja, não basta ao banco endossatário receber do endossante um *termo de responsabilidade* pela licitude da emissão dos títulos; cumpre-lhe, ao inverso, realizar efetivas diligências no sentido de garantir-se dessa licitude mediante documentos, porquanto "*não havendo prova nesse sentido, perde o título não somente sua liquidez mas também seu objeto, sendo nulo nos termos do art. 82 do Código Civil*", em consequência do que "*não pode o portador ser qualificado como terceiro de boa-fé, sob pena de se subverter a normalidade e confiança nas relações negociais*" (cf. Apelação n. 556.316-2, do extinto 1º TACivSP, relator Juiz Sílvio Venosa ²).

Há, portanto, manifesta responsabilidade do endossatário em se cuidando de endosso traslativo, a propósito da bem lembrada Súmula nº 475 do Superior Tribunal de Justiça, assim tratada em precedentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: "*Declaratória de anulação de título, cumulada com pedido de cancelamento de protesto e danos morais. Duplicata mercantil sem causa. Protesto efetuado por Banco endossatário. Endosso translativo. Parte legítima para responder pela ação. Precedentes. Súmula 475 do STJ. Recurso improvido*" (cf. Ap. nº 9126571-82.2008.8.26.0000 - 17ª Câmara de Direito Privado TJSP - 22/08/2012 ³).

Rejeita-se, portanto, a preliminar.

No mérito há confissão dos réus quanto à emissão das duplicatas sem lastro comercial.

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

A partir disso, inegável o ilícito, é de rigor o acolhimento do pleito de declaração de inexistência do débito referente aos títulos descritos na inicial, como ainda, por se tratar de emissão ilícita, manifesta a responsabilidade dos réus em responder pelos danos sofridos pela autora.

A inicial reclama apenas danos de natureza moral, decorrentes do protesto dos títulos que, de regra, gera restrição de acesso da pessoa ao mercado de crédito, crédito que, *“em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada”* (cf. YUSSEF SAID CAHALI)⁴, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *“eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada”* (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)⁵.

Ou seja, também não procede o entendimento das réus no sentido de que cumpra ser demonstrado o dano moral, no caso destes autos.

Veja-se, ainda, a jurisprudência mais recente: *“Apelação - Ação declaratória de inexigibilidade de título c.c. Indenização por danos morais - Título sem causa - Banco endossatário - Endosso translativo - Responsabilidade do endossatário configurada - Procedência - Dano moral configurado - Sentença mantida Recurso improvido”* (cf. Ap. nº 0024897-27.2012.8.26.0405 - 6.ª Câmara Extraordinária de Direito Privado TJSP - 24/07/2014⁶).

É, portanto, procedente também o pleito de indenização pelo dano moral, pelo qual devem responder os réus, sem possibilidade, entretanto, de verificar-se solidariedade entre eles.

Ocorre que os atos de emissão de duplicatas e de apontamento a protesto se deram de forma independente e sem o concurso uns dos outros, exceto no que diz respeito aos endossantes e endossatários, de modo que caberá dividida a obrigação de pagamento de indenização entre cada uma das réus.

Assim, entre a ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo*, pela emissão e apontamento a protesto dos 26 títulos descritos às fls. 03.

Também entre a ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o mesmo réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo*, pela emissão e apontamento a protesto dos 27 títulos descritos às fls. 3/4.

Ainda, entre a ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* pela emissão e apontamento a protesto dos 33 títulos descritos às fls. 4/5.

Entre a ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* pela emissão e apontamento a protesto dos 30 títulos descritos às fls. 5/6.

Entre a ré *Ferreira Agroterra Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* pela emissão e apontamento a protesto dos 07 títulos descritos às fls. 6/7.

Essa divisão deverá guardar proporcionalidade com o número dos títulos

⁴ YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

⁵ LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116

⁶ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

emitidos e protestados, atento ao que a seguir será analisado na liquidação do dano, que passamos a analisar.

A autora, no caso, suportou os efeitos do protesto desde que lavrados e até que cumprida a determinação de antecipação da tutela, e embora a autora não faça prova da data desses protestos (*os documentos de fls. 20/29 não indicam a data de publicação do jornal*), os informes dos Cartórios de Protesto, às fls. 58, fls. 64/66, permitem constatar que os protestos dataram do período entre os dias 05 de dezembro de 2013 e 16 de janeiro de 2014, enquanto as decisões judiciais que sustaram a publicidade desses atos data de 24 de janeiro de 2014 (*fls. 30*).

Ou seja, o dano suportado pela autora se verificou no período de 49 dias, apenas.

Diga-se mais, não há na inicial notícia de abalo de crédito real, com recusa efetiva de negócio comercial ou financeiro ou mesmo de exposição pública a vexame ou humilhação por conta do protesto, de modo que o dano a ser considerado é potencial, apenas.

Mas há que se levar em conta o estado de alarme que restaria a qualquer pessoa, tomando-se por base o senso médio do ser humano, ao receber notificações para pagamento, sob pena de protesto, de 123 duplicatas com valor em dinheiro a superar em muito a vultosa cifra dos R\$ 100.000,00.

Com o devido respeito, há um sentimento de desespero que insito ao ato em si, e aqui a regra estabelecida acima, de que a divisão da responsabilidade pela indenização guarde relação de proporcionalidade com o número de duplicatas emitidas e protestadas, dado que o estado subjetivo a partir do qual reconhecida a intensidade do dano moral parte desse índice quantitativo.

A ver deste Juízo parece minimamente razoável, ante as circunstâncias acima descritas, liquidar-se esse dano pelo valor equivalente a dez (10) salários mínimos, ou pelo valor de R\$ 9.370,00 (*salário mínimo de R\$ 937,00 - cf. Lei nº 13.152/2015, de 29 de julho de 2015*), pelo qual a ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 1.994,46.

A ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o mesmo réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 2.056,59.

A ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 2.513,61.

A ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 2.285,10.

A ré *Ferreira Agroterra Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 533,19.

Esses valores deverão ser acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

Os réus sucumbem e devem arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor das respectivas condenações, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, DECLARO INEXIGÍVEL o débito representado pelas duplicatas emitidas pelas rés AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA. e FERREIRA &



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA e FERREIRA AGROTERRA LTDA contra a autora DEBORA CARLA NAVARRO, conforme descritas às fls. 03 a 07 da petição inicial, as quais DECLARO NULAS, em consequência do que torno definitiva a antecipação da tutela para cancelamento dos protestos respectivos; CONDENO os réus AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA, HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO, solidariamente, a pagar à autora DEBORA CARLA NAVARRO indenização por dano moral no valor de R\$ 1.994,46 (*um mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA e HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO, solidariamente, a pagar à autora DEBORA CARLA NAVARRO indenização por dano moral no valor de R\$ 2.056,59 (*dois mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA e BANCO BRADESCO S/A, solidariamente, a pagar à autora DEBORA CARLA NAVARRO indenização por dano moral no valor de R\$ 2.513,61 (*dois mil quinhentos e treze reais e sessenta e um centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA e BANCO BRADESCO S/A, solidariamente, a pagar à autora DEBORA CARLA NAVARRO indenização por dano moral no valor de R\$ 2.285,10 (*dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e dez centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus FERREIRA AGROTERRA LTDA e BANCO BRADESCO S/A solidariamente, a pagar à autora DEBORA CARLA NAVARRO indenização por dano moral no valor de R\$ 533,19 (*quinhentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO os réus ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor das respectivas condenações, atualizado.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 29 de junho de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA